

## **ESTUDO EXPLORATÓRIO DO PRIMEIRO NÚCLEO DA CIDADE DE ALEGRETE: TERCEIRA CAPITAL FARROUPILHA<sup>1</sup>**

### *EXPLORATORY STUDY OF THE FIRST NUCLEOUS OF ALEGRETE: THE THIRD FARROUPILHA CAPITAL*

**Letícia Severo Alves<sup>2</sup>**

**Paula Fabiane Kist<sup>2</sup>**

**Adriano da Silva Falcão<sup>3</sup>**

**Macklaine Miletho Silva Miranda<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

Neste trabalho, o propósito é analisar-se a formação do primeiro núcleo urbano de Alegrete, terceira capital farroupilha, bem como as suas primeiras edificações, ruas e praças. Com esse objetivo, utilizaram a metodologia de pesquisa bibliográfica paralela ao levantamento de dados da formação do núcleo urbano, o inventário da produção arquitetônica representativa na formação do núcleo urbano, bem como a análise das tipologias arquitetônicas encontradas. Nesse sentido, esta pesquisa está relacionada ao aprendizado e ao resgate da cultura, buscando relatar a importância histórica e arquitetônica da cidade de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, sendo ela uma das capitais da maior revolução ocorrida no Sul Rio-Grandense, em 1835, motivada pelo abandono da província, e marcada por uma profunda crise da economia gaúcha.

**Palavras-chave:** Alegrete, formação, Farroupilha.

#### **ABSTRACT**

This paper has a purpose to analyze the formation of the first urban cell of Alegrete, Farroupilha third capital, as well their primaries constructions, streets and squares. This goal has accomplished by bibliographic research as methodology. It has used at same time data collecting related to urban cell formation, architectonic production which represents this urban nucleus. Other important issue has been the architectonic typology. In this sense, this research is related to the learning process and culture rescue. It has a great deal to the historical and architecture developments of Alegrete, Rio Grande do Sul State. It was the capital city of Revolutionary Movement which has occurred in 1835. It was causes by general government forsake and economic crisis generate state poverty.

**Keywords:** Alegrete, formation, Farroupilha.

<sup>1</sup> Trabalho de Iniciação Científica – PROBIC.

<sup>2</sup> Acadêmicas do Curso de Arquitetura e Urbanismo – UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientadores – UNIFRA.

## INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, o objetivo é analisar-se a formação e alguns aspectos políticos e econômicos que influenciaram a sociedade alegretense e a produção arquitetônica no primeiro núcleo da cidade, cuja importância é reverenciada pelo título de terceira capital farroupilha durante a Revolução dos Farrapos, que aconteceu entre 1835 até 1845, correspondendo a um dos acontecimentos históricos de maior orgulho para os rio-grandenses.

A cidade de Alegrete, situada a oeste do Rio Grande do Sul, teve sua formação iniciada nos séculos XVIII e XIX, a partir do conceito de pequenos vilarejos que surgiam em volta de uma capela principal, a qual registrava óbitos, nascimentos e casamentos. Neste caso, o vilarejo foi denominado, inicialmente, como Capela de Nossa Senhora da Conceição, correspondendo ao nome da capela construída no local, conforme as observações do autor Luiz Araújo Filho em “O Município de Alegrete”, de 1908. Com o objetivo de retardar o desenvolvimento do vilarejo, o Exército da Província do Prata atacou o local, destruindo o chamado “Povoado dos Aparecidos”, na região do Inhanduí, ficando conhecida como “Capela Queimada”. Com a ajuda de forças portuguesas, a capela foi novamente erguida, desta vez na margem oposta do Inhanduí; mas com uma nova invasão, em 1828, foi destruída outra vez. Após sua reconstrução, passou a se chamar Nossa Senhora da Conceição Aparecida de Alegrete, devido ao fato de o comandante da tropa portuguesa se chamar Marquês de Alegrete. Entretanto, devido ao incidente, ficou também conhecida como “Capela Curada”. Essa capela se constitui no primeiro núcleo da cidade de Alegrete.

Todo esse desenvolvimento que havia iniciado com a construção da capela, fora muitas vezes impedido e cancelado por novas guerras que iniciavam no Estado, que, além de prejudicarem o povo rio-grandense, acabavam retardando o processo de expansão das cidades gaúchas. A guerra mais importante, com repercussões mais relevantes para a cidade de Alegrete, assim como para a grande maioria das cidades gaúchas, foi a Guerra Farroupilha. Ignorando os aspectos negativos e os desgastes causados pela guerra no Rio Grande do Sul, para Alegrete, terceira capital farroupilha, esse período em que se instaurou, pela primeira vez, uma constituição republicana no Brasil, correspondeu aos anos mais decisivos do seu desenvolvimento.

Após o término da guerra, em 1845, por intermédio do Barão de Caxias, que oferece aos farrapos anistia e “paz honrosa”, evidenciando o poder do governo central no Rio Grande do Sul, como cita Miguel Jacques Trindade, em “Alegrete - Do século XVI ao século XX”, de 1985, os governantes de Alegrete preocupados com o desenvolvimento da cidade, começaram a investir

em seu potencial, transformando o município em cidade. Demonstrando o forte espírito tradicionalista para incentivo à cultura, economia e sociedade, projetaram construções importantes que contribuíram para o reconhecimento da cidade como uma das mais importantes e mais tradicionalistas do Estado.

### **ENTENDENDO O PROCESSO DE POVOAMENTO ANTERIOR À FUNDAÇÃO DA CIDADE**

Os primeiros indícios de povoamento na região de Alegrete situada na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, atualmente delimitada pelas cidades de Uruguaiana, Quaraí, Itaquí, Manoel Viana, Rosário do Sul e Cacequi (Figura 1), são datados de meados de 1814 quando da existência da capela Nossa Sr<sup>a</sup> da Conceição, que era localizada na costa direita do Inhanduí, lado oposto daquele em que a cidade se desenvolveu. Dois anos mais tarde, segundo Araújo Filho (1908), houve um incêndio na capela, ficando conhecidos os seus escombros como a “Capela-queimada”, porque os primitivos habitantes que teriam iniciado o núcleo da povoação de Alegrete foram vítimas de incursões de invasores, bastante comuns na época, que saquearam, incendiaram e arrasaram a frágil estrutura do povoado. Desta região, em que fora erguida a capela, restaram apenas alguns vestígios, na época, que indicaram a existência de habitações próximas e um cemitério em ruínas.

O clima de guerra era intenso naquela época devido ao longo processo de disputa da Região do Prata entre o governo português de D. João contra o exército de Artigas. De acordo com Araújo Filho, no decorrer dessa guerra, alguns dos sobreviventes que escaparam da destruição da capela Nossa Senhora da Conceição e que acompanhavam o exército português, com os moradores do distrito de “Entre-Rios” – como se chamava o território compreendido entre os quatro rios: Quaraí, Ibirapuitan, Ibicuí e Uruguai – pediram ao governador da, então, Capitania, o Marquês de Alegrete, a transferência da capela para o lugar em que está atualmente, a cidade, pois julgavam-se impossibilitados de recomeçar o povoamento naquele local devido ao grande atraso provocado pela invasão inimiga, e também, pela necessidade da construção de um recanto espiritual para a população que se encontrava no lado oriental do rio Ibirapuitan. Em 17 de abril de 1820, foi construída a “Capela Curada” - designação dada ao vilarejo após ser reconstruído, em função do incêndio provocado pelo Exército da Província do Prata comandadas pelo General Artigas - sob os domínios do acampamento do general do distrito de “Entre-Rios”, o Tenente Coronel Abreu, que veio a formar, junto ao restante do povoado da “Capela Queimada”, o núcleo da futura “vila”. A vila era uma povoação de categoria inferior a uma cidade, mas superior a de uma aldeia,

possuindo juiz, câmara e pelourinho - que seria a próxima denominação da região de Alegrete, segundo a lei decretada dia 25 de outubro de 1831, artigo 5.º, instalada dia 13 de novembro de 1832, determinando nova circunscrição territorial, passando a se desenvolver na margem esquerda do rio Ibirapuitan.



**Figura 1** - Localização e delimitações da cidade de Alegrete atualmente  
Fonte: Prefeitura Municipal de Alegrete (2004).

Nessa época, mais precisamente em 1822, a divisão territorial do Rio Grande do Sul consistia em cinco principais municípios (Figura 2), de acordo com Fagundes (1989), em seu livro “História da Revolução Farroupilha” de 1989, quais sejam: Município de Cachoeira, ao qual pertencia a região da Capela Curada; Município de Porto Alegre; Município de Santo Antônio da Patrulha; Município de Rio Pardo e Município de Rio Grande.

De acordo com Trindade (1985), apesar da reduzida expressão da zona urbana correspondente à região da capela, a circunscrição territorial de abrangência dessa atingia, aproximadamente, oitocentos quilômetros quadrados que exigiam uma administração adequada. Foi elevada, portanto, à categoria de vila por lei de 25 de outubro de 1831. Pelo Decreto de 13 de Novembro de 1832, foi determinado que nova circunscrição territorial deveria ser estabelecida. Assim, fez-se a divisão dos distritos que eram em número de sete, segundo Araújo Filho (1908), denominados da seguinte forma: Distrito de Alegrete, Distrito do Rosário,

Distrito de Sant'Anna, Distrito de Pacaraí, Distrito de Ibirocaí, Distrito de Jaraó e Distrito de Belém.



**Figura 2** - Divisão territorial do Rio Grande do Sul em 1922.  
Fonte: Fagundes (1989).

A partir dessas primeiras modificações no cenário Alegretense, ocorreu, em 10 de abril de 1833, a primeira eleição para vereadores da recém formada Vila, como descreve Araújo Filho (1908). Todavia, a apuração dos votos só ocorreu em 15 de janeiro de 1834, na região de Cachoeira, sendo eleito, por 106 votos, Joaquim dos Santos Prado Lima para o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Alegrete. Decorrendo, assim o processo de formação da 1ª Constituinte de Alegrete.

A expressão município começou a fazer parte da legislação com o Ato Adicional - Lei Regencial nº 16 de 12 de agosto de 1834 - na qual há referência explícita aos “Municípios da Província”. Durante muito tempo, a figura jurídica do município foi concretizada pela vila, embora esta expressão nunca tivesse recebido definição em texto legal.

## O CONTEXTO DA GUERRA DOS FARRAPOS

A situação política, econômica e social em que se encontrava o Brasil no período joanino, que corresponde à vinda da família real ao país em meados de 1808, constitui-se num conjunto de causas que agravaram a

relação entre Império e províncias por se tratar de uma monarquia unitária e centralizada.

Conforme Pesavento (1980), no período seguinte que decorre após o processo de independência, o controle político é assumido pela camada dominante nacional que se constituiu na aristocracia brasileira dos “barões do café”. Esses latifundiários escravistas, responsáveis pela ascensão da economia do país em função da bem sucedida exportação cafeeira, eram também defensores da manutenção de uma monarquia centralizadora. De acordo com os interesses dessa aristocracia dominante eram designados os presidentes das províncias. Fator esse que foi desencadeador do descontentamento da aristocracia rio-grandense que requisitava uma maior participação nas decisões do governo, por ser esta região a principal fornecedora de charque para as demais províncias, pelo seu alto desenvolvimento pecuarista na região periférica.

Outros motivos agravantes na economia da região decorriam do descaso do governo central com a questão social do Rio Grande do Sul. Enquanto a maior parte dos impostos adquiridos pelo Império eram investidos em gastos considerados supérfluos, sendo a canalização do dinheiro arrecadado pela província definida segundo os interesses da aristocracia cafeeira, a província sulina encontrava-se carente de escolas, estradas, pontes, etc., além da perda de soldados, agravando a situação financeira de muitas famílias.

A questão das altas taxas cobradas sobre o charque gaúcho, segundo Pesavento, constituiu o fator principal da revolta contra o Império. Uma vez que o charque era um produto altamente comercializado na época por se tratar de um alimento de baixo custo consumido pelos escravos dos latifundiários das regiões Norte e Centro do país. Além dos gaúchos importarem o sal a um alto custo, o Império cobrava baixos impostos na alfândega sobre o charque platino. Outro fator que piorava a economia rio-grandense era a constante atuação dos soldados gaúchos nas guerras, o que acarretava desorganização da produção das charqueadas, não havendo nenhuma forma de compensação sobre os danos causados pelas constantes guerras.

Considerando esgotadas as possibilidades de entendimento com o Império, em 1835, Bento Gonçalves passa a liderar a Revolução Farroupilha e, por dez anos, lutou contra a centralização do poder. A revolta começa com a tomada de Porto Alegre em 20 de setembro desse mesmo ano, quando os liberais, depois de inúmeras conspirações, sobretudo dentro das lojas maçônicas, partiram para a deposição do presidente da província Antonio Fernandes Braga, sustentando que ele violava a lei e deveria ser substituído. Foi então que os farroupilhas Gomes Jardim e Onofre Pires

seguiram para a guarda municipal, que consistia no primeiro núcleo da futura Brigada Militar do Estado, vindos do Morro da Glória, fazendo com que Fernandes Braga fugisse para o porto de Rio Grande, abandonando Porto Alegre. A 20 de setembro, de acordo com Antonio Augusto Fagundes, na “Cartilha da História do Rio Grande do Sul”, publicada no jornal “O chasque” de Santa Maria em 1987, Bento Gonçalves da Silva vindo de Pedras Brancas pelo Guaíba entra triunfante na capital, e na ausência dos três primeiros vice-presidentes, empossa o quarto vice-presidente, Dr. Marciano Pereira Ribeiro, nomeando como comandante das armas o coronel Bento Manuel Ribeiro, este que era considerado um homem sem convicção liberal seguidor de seus próprios interesses, e pelos quais foi levado a seguir os farroupilhas no início do movimento.

Relutantes das conseqüências que poderiam afligir a vila de Alegrete, que recém havia formado sua primeira administração, os representantes da Câmara Municipal, como várias outras da província – a exemplo de Pelotas, Rio Grande, Caçapava, São Borja, entre outras – continuaram afirmando lealdade ao governo Imperial ao tomar conhecimento do ato revolucionário ocorrido em 20 de setembro de 1835, em Porto Alegre. No caso específico de Alegrete, sua população ansiava por momentos de pacificação para promover seu desenvolvimento, uma vez que o seu processo de formação constituiu-se num cenário ininterrupto de prolongadas guerras e de acampamentos militares da Coroa Portuguesa.

Entretanto, nas batalhas seguintes da revolução, foram tomadas as regiões de Piratini, Rio Pardo e Rio Grande. O primeiro principal combate da revolução, segundo Fagundes, ocorreu em 14 de outubro na região de Arroio Grande entre as forças do legalista João Nunes da Silva Tavares e o farroupilha Antunes da Porciúncula, sendo a vitória das legalistas. Em 16 de outubro do ano corrente, houve o combate entre as forças farroupilhas comandadas por Antônio de Souza Netto, que foi considerado um dos mais valentes e fiéis combatentes dos ideais farroupilhas, contra os legalistas de Silva Tavares, sendo obtida a vitória farroupilha. Após a volta de Bento Manuel Ribeiro às tropas imperiais, este é derrotado pelo seu antigo companheiro farroupilha, Lima e Silva, em 2 de março de 1836.

De acordo com Fagundes, o outro grande momento da revolução ocorreu na grande batalha do Seival em 10 de setembro desse mesmo ano, quando liderados pelo General Netto, os farroupilhas combateram as tropas imperiais de Silva Tavares. O entusiasmo foi tão grande diante dessa avassaladora vitória que, na manhã seguinte, em 11 de setembro, Antonio de Souza Netto proclama a República Rio-Grandense, declarando separado o Rio Grande do Sul do Império do Brasil. A sede da República

passa, então, a ser Piratini, porém os rebeldes perdem seu comandante, pois Bento Gonçalves é preso.

No ano de 1837, o italiano Giuseppe Garibaldi passou a apoiar a causa farroupilha, após ter conhecido Bento Gonçalves, nesse mesmo ano, quando o gaúcho escapou de forma espetacular do Forte do Mar, na Bahia, onde estava preso. Nesse mesmo ano, em 27 de junho, a Vila de Alegrete adere ao movimento republicano, inaugurando uma nova fase política de sua Câmara Municipal que firmava compromisso com as causas do sistema republicano.

Apesar da empolgação das circunstâncias, apenas dez dias após os juramentos dos cidadãos alegretenses à República Rio-Grandense, o Governo Provisório da República enviou à Câmara vários decretos que deveriam ser executados e que, pela avaliação dos representantes da Câmara, estavam em total contradição ao pacto revolucionário com o qual haviam firmado compromisso. Começam, a partir deste momento, uma série de contestações dos “Cidadãos Vereadores”, como eram denominados os representantes eleitos da Câmara Municipal, endereçadas ao Presidente da República. As reclamações partiam da indignação em relação aos decretos que determinavam ações como o seqüestro ou confisco de bens de cidadãos que não se apresentassem, dentro de certo prazo, ao Governo Republicano; um outro decreto determinava que a Vila deveria contrair um empréstimo no valor de 300 contos de réis, que era a moeda forte da época, além da imposição de novos tributos à população.

Considerando tais decretos como desrespeitosos à Constituição firmada, contra o bom senso e a civilização, os cidadãos alegretenses se recusavam a cumprir tais imposições e expressaram seus descontentamentos inúmeras vezes, porém, nunca foram atendidos, como observou Araújo Filho (1908).

Contudo, em 1839, a sede da República passa a ser em Caçapava, já que a região de Piratini estava sendo muito assediada. É nesse momento que cabe a Garibaldi o desafio de construir dois barcos denominados por ele como o “Seival” e o “Farroupilha”, com a intenção de atacar as embarcações a serviço do Império. Um de seus barcos naufraga no mar, mas o outro chega a Laguna, para ajudar David Canabarro a proclamar a República Juliana em Santa Catarina.

Com o apoio de Garibaldi e mais de mil e duzentos homens, Bento Gonçalves ataca a região de São José do Norte em 1840, quando foram repelidos pelos seiscentos combatentes da vila. Resultaram seiscentos e trinta baixas, entre mortos e feridos, de ambos os lados. Em dezembro desse mesmo ano, terminava o sítio a Porto Alegre e a revolução começava a enfraquecer.



## **ALEGRETE CAPITAL FARROUPILHA**

Segundo o artigo “Origens do Rio Grande”, publicado no jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 4 de dezembro de 1996 (FARRAPOS, 1835 - 1845), a pressão das forças imperiais fez com que os revolucionários abandonassem Caçapava do Sul em rodas de carreta, por volta de 1840, rumo à região de Alegrete, terra essa que, durante cinco anos, viveu os dias decisivos do final da revolução, tornando-se a terceira e última capital da República Rio-Grandense, uma vez que, desde março desse mesmo ano, a sede administrativa da nação gaúcha estava rodando de um povoado para outro com os arquivos da República sendo transportados nas carretas.

Anteriormente a esse fato, segundo Araújo Filho (1908), ocorreu em 6 de julho de 1838, por ordem do Governo Republicano, o seqüestro de um prédio particular situado na antiga Rua dos Arvoredos – atualmente Rua dos Andradas – fazendo esquina com a Rua Ipiranga, anteriormente chamada Rua do Comércio, hoje denominada Rua Gaspar Martins, que deveria ser destinado ao funcionamento da Câmara, do Júri e da Cadeia. Apesar dos representantes da Câmara da Vila não concordarem plenamente com esse tipo de imposição decretada pelo Governo, acabaram por cumprir a exigência em vista da obstinação do proprietário do prédio em não reconhecer a República. Porém, não há indícios autênticos que afirmem que a Câmara de Alegrete tenha realmente ocupado este prédio, o mais próximo de veracidade que foi deduzido das folhas de arrecadação, durante o período revolucionário, foi a probabilidade de a Câmara ter alugado o prédio por um valor equivalente a 20 contos de réis, não havendo nenhuma documentação que aponte a transferência do funcionamento da Câmara para outro prédio que não fosse o que lhe deu origem.

Essa suspeita é praticamente consolidada com o fato de o prédio em questão ter sido doado para a instalação dos trabalhos legislativos da República, em 1842, quando Alegrete passou, oficialmente, a constituir a 3ª Capital Farroupilha (AS TRÊS CAPITALS FARROUPILHAS, 2004).

Nesse período, os farrapos colocam em prática a primeira constituição republicana do Brasil. A Carta Farrapa daria uma sobrevida ao movimento revoltoso que já estava mortalmente ferido pela ofensiva do exército legalista. A região de Alegrete que, futuramente, seria município, consolidou a causa separatista iniciada em 20 de setembro de 1835 com a tomada de Porto Alegre. Em setembro de 1842, os gaúchos elegiam os trinta e seis donos das cadeiras e doze suplentes que escreveriam a constituição. Naquele mesmo mês, era nomeado como presidente da província e comandante-em-chefe do Exército de Operações do Império

o Barão de Caxias. Os trabalhos legislativos que dariam origem à carta foram abertos por Bento Gonçalves, em dezembro de 1842, terminando com uma sessão solene no prédio do Judiciário em 9 de janeiro do ano seguinte.

Desde 1841, a organização farrapa já começava a se dismantelar. Garibaldi havia desistido de continuar na revolução, deixando a província com a mulher, a catarinense Ana de Jesus Ribeiro, a Anita. Outro acontecimento agravante da situação foi o assassinato do vice-presidente de república, Antônio de Paulo da Fontoura, por um marido traído, em Alegrete, em fevereiro de 1842. Abalados pelas intrigas a formação farrapa se desorganizava enquanto o Império se fortalecia.

Ao longo de quase dez anos ocorreram 118 confrontos, com 59 vitórias para cada lado. No ano de 1844, Bento Gonçalves e Onofre Pires da Silveira Canto duelaram por questões de honra, sendo Onofre mortalmente ferido. Nos meses seguintes, os farrapos sofrem outros infortúnios. Nesse mesmo ano, com a entrada de tropas imperiais comandadas pelo Barão de Caxias em território alegretense, a Câmara Municipal se reuniu para decidir o restabelecimento das relações com o Império, voltando, então, a obedecer ao regime monárquico que há sete anos havia abandonado.

Conseqüentemente, a situação da guerra civil não permitiu o pleno funcionamento da Assembléia Provincial. Em 28 de fevereiro de 1845, o marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, grande líder do Império, ofereceu aos farrapos uma anistia geral e “paz honrosa”, com a assinatura da Paz de Ponche Verde. Sendo que, em 1º de março de 1845, o Barão de Caxias anuncia o fim da guerra. Mediam as negociações de forma pacífica, declaram que seria concedida a abolição para os escravos que lutaram na guerra, assim como o protecionismo, com aumento das taxas cobradas sobre o charque platino. Com necessidade de apoio militar e econômico gaúcho, devido aos conflitos no Prata, o Império ofereceu uma paz na qual os farrapos poderiam passar para o exército brasileiro com os mesmos postos com que lutavam nas forças rebeldes. Com o final das negociações de forma não repressiva, Caxias compreendeu o real motivo da revolução Farroupilha: luta por idéias liberais que pretendiam renovar o regime, porém vencendo os conservadores imperialistas que pregavam as vantagens de uma monarquia constitucional representativa.

Consolidando assim, o poder dos estancieros no Rio Grande do Sul e o seu poder militar como elemento determinante durante ao poder central. Segundo Pesavento (1980), após a revolução, foi iniciado um período de fortalecimento da economia pecuarista gaúcha, embora continuasse submetida aos interesses do governo central.

## **A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA NO DESENVOLVIMENTO URBANO DA REGIÃO E NOS HÁBITOS DA POPULAÇÃO**

O período que segue ao processo de pacificação da Revolução nos permite uma profunda avaliação sobre o resultado dos acontecimentos ocorridos durante a guerra na região de Alegrete. Uma vez que a firme postura assumida pelos integrantes da Câmara Municipal diante das imposições cobradas pelo Governo Republicano Rio-Grandense que, na maioria de suas outorgas, não levava em consideração os interesses da população e, sim, procurava satisfazer apenas uma determinada elite latifundiária. Esse fator causava indignação aos representantes do governo Alegretense e acabou resultando numa conscientização geral por parte desses que passaram a defender, primordialmente, as questões que eram favoráveis às melhores condições de vida de sua população, bem como à manutenção e desenvolvimento de sua região.

O fato de a capital dos farrapos ter sido transferida para Alegrete e a forma como decorreu esse processo de instalação do Governo Republicano naquela área, até então, não muito amistosa com os anseios que moviam a revolução, influenciou em amplas proporções a confirmação de uma identidade dotada de fortes posturas e de valorização de seu entorno, de sua população e, principalmente, valorização de sua maneira tradicionalista de governar.

A partir dessas circunstâncias, seguem uma série de iniciativas por parte dos governantes da vila de Alegrete que primam pelo desenvolvimento socioeconômico e cultural da região. É nesse momento de pós-revolução que a vila passa à condição de cidade e, finalmente, em um período pacífico, consegue promover o seu crescimento, como observa Araújo Filho (1908).

Conforme Weimer (2004), após o término da revolução, os governantes passam por um período de apreensão em função das reivindicações de verbas para a reconstrução da Província. O programa de investimentos liberado pela Assembléia Provincial era destinado à construção de prisões, câmaras e igrejas. Em Alegrete, destino de uma das dezessete obras civis contempladas, destaca-se a construção do prédio da Cadeia que, de tal importância, foi concebido em uma das praças da cidade, a qual recebeu o nome de Praça da Cadeia, atual Praça Oswaldo Aranha e um dos próximos assuntos a ser tratado neste trabalho.

Nos anos que decorreram desde 1843, a renda municipal arrecadada pela Câmara atingiu uma elevação inigualável em sua história de administração, pois foi centuplicada de acordo com Araújo Filho (1908). O comércio de exportação da erva-mate, e a regularização de um serviço de arrecadação chamado de “Décima Urbana” foram as ferramentas que proporcionaram o aumento da fortuna pública e particular do município. A regulamentação do imposto da “Décima Urbana” foi elaborada a partir da nova divisão da região em quatro distritos que ocorreu em 1848, assim foi feito o desmembramento do Distrito de Rosário que passou a pertencer à região de Bagé, além do Distrito de Jaraó que passou para a região de Uruguaiana. Entretanto, Alegrete continuou sendo considerado o maior município em extensão territorial do Rio Grande do Sul.

Com esse espírito de motivação direcionado ao desenvolvimento da região, começou a ser elaborado o projeto para obtenção da elevação da categoria de vila para cidade. Fez-se, assim, segundo Araújo Filho (1908), o levantamento das plantas e registros cadastrais dos terrenos urbanos e “suburbanos”, quando foi possível constatar o visível crescimento de todos os ramos do trabalho rural nos distritos integrantes. A viação pública foi outro fator tratado como prioridade para o progresso da, então, vila.

Finalmente, atingindo um número que ultrapassava a faixa de 13 mil habitantes, em 22 de janeiro de 1857, a Vila de Alegrete foi elevada à categoria de cidade. Nessa época, de intenso desenvolvimento no campo econômico que foi uma das mais rentáveis do Município, o campo político sofreu muitas alterações com criação das Juntas Municipais e, posteriormente, com o período das Intendências que decorreram da Proclamação da República. Entretanto, o investimento em construções de praças, de fontes e de novas edificações foram bastante significativas, mesmo porque, a maioria dos estabelecimentos existentes na região, até então, consistiam nas propriedades rurais que eram localizadas em regiões afastadas do núcleo central e administrativo da cidade, além das casas de pau-a-pique e de capim santa-fé que à medida que foram sendo construídas circunscreveram o formato das primeiras ruas e praças da vila.

## AS PRINCIPAIS CONSTRUÇÕES DO PERÍODO QUE CONTRIBUÍRAM PARA A EVOLUÇÃO URBANA DE ALEGRETE

As moradias que caracterizaram o núcleo central de Alegrete, enquanto 3ª Capital Farroupilha, foram, basicamente, as casas térreas, os sobrados e as edificações denominadas como “assobradadas”, que consistiam nos sobrados com porão, porém considerados como não habitáveis. Uma dessas casas térreas mais importantes do período, como já foi citado, com a designação de prédio, foi palco da instalação da Assembléia Constituinte Republicana, Figura 3. Esta referência à casa térrea como prédio, que foi descrita por diversos autores no início do século XX, deduz-se ter origem em uma questão lógica de diferenciação entre casas térreas destinadas à moradia e casas térreas que abrigavam órgãos públicos e administrativos ou comerciais.



**Figura 3** - Prédio da instalação da Assembléia Constituinte Republicana.  
Fonte: Fagundes (1989).

A evolução das construções prediais da cidade podem ser acompanhadas na tabela 1 elaborada por Araújo Filho (1908).

A edificação que pertencia, originalmente, a Pedro Rodrigues Tourem, caracterizava-se por ser um modelo bastante modesto como descreve Fagundes (1989), em seu livro *História da Revolução Farroupilha* de 1989, composta por cinco portas e duas janelas na fachada voltada para a Rua dos Arvoredos, atualmente, chamada de Andradas, com três portas e uma janela na fachada voltada para a Rua do Comércio, posteriormente denominada por Rua Ipiranga, e hoje conhecida como Gaspar Martins. Essa edificação se manteve intacta até 1910, quando foi reconstruída pelo seu novo proprietário Francisco Pereira dos Santos, sofrendo profundas modificações em suas fachadas principais. Depois de reformada, foi vendida ao Banco da Província em 1911.

**Tabela 1** - Evolução das Construções

Números	Nomes das ruas e praças	1902			1903			1904			1905			1906		
		Sobrados	Assobradadas	Térreas	Sobrados	Assobradadas	Térreas	Sobrados	Assobradadas	Térreas	Sobrados	Assobradadas	Térreas	Sobrados	Assobradadas	Térreas
1	David Canabarro			10			10			12			11			11
2	Joaquim Antônio			7			7			7			18			8
3	Tiradentes			10			10			10			11			12
4	Tamandaré			25			26			28			28			28
5	Mariz e Barros			42			42			39			42			43
6	Barão Amazonas			24			24			25			24			27
7	Riachuelo			20			21			21			24			25
8	Praça 15 de Novembro	1	5	24	1	5	24	1	5	24	1	5	23	1	5	22
9	José Bonifácio			11			11			13			13			13
10	Conceição			16			16			15			14			14
11	General Neto			6			6			6			6			4
12	Luiz de Freitas			12			11			13			14			15
13	Cabrita			4			5			5			6			8
14	Praça 14 de Julho			19			19			21			23			24
15	Nina			19			20			20			19			20
16	Venâncio Ayres			24			26			23			28			32
17	Gral. Victorino		1	22		1	22		1	22		2	23		2	23
18	Ipyranga	1		37	1		35	1		35	1		33	1		34
19	Gral. Vasco Alves			24			24			24			26			26
20	B. Serro Largo			31			34			37			42			44
21	Andradas		2	79		2	82		2	83		2	86		2	92

Na época da Revolução Farroupilha, enquanto a região ainda se encontrava na situação de vila, a passagem constante de forças militares que acampavam em seus arredores também influenciou na formação das primeiras ruas em torno de uma propensa praça que, nesse primeiro momento, consistia num capão perdido no centro da colina, ou seja, uma porção de mato isolado

no meio do campo em que se localizavam os acampamentos militares.

Conforme Araújo Filho (1908), a partir dessa primitiva configuração, a vila era formada por, aproximadamente, quarenta casas de tijolo e telha, dispostas em torno da praça em que se encontrava a igreja, Figura 4. Essa praça, demarcada paralelamente à construção das primeiras casas, veio a tornar-se o centro cívico da futura cidade. Sua evolução acompanhou o período de desenvolvimento da cidade após o término da Revolução Farroupilha, quando o número de ruas existentes foi ampliado e a praça era conhecida como “Praça da Igreja”. Em 1866, por ocasião da passagem do Imperador D. Pedro II nas imediações da cidade, a Câmara Municipal resolveu prestar-lhe uma homenagem, propondo renomear a praça como “Praça D. Pedro II”. Com o advento da Proclamação da República, mais uma vez a praça recebeu nova denominação, que ocorreu em 1900, passando a chamar-se “Praça Quinze de Novembro”. Atualmente, é conhecida como “Praça Getúlio Vargas”, Figura 5, desde 1954, em homenagem a este gaúcho que era originário da cidade vizinha de São Borja, demonstrando, como sempre, o intuito de valorização regional típico da população alegretense.



**Figura 4** - Vista aérea de Alegrete com a praça no centro

Fonte: PrefeituraMunicipal de Alegrete (2004)



**Figura 5** - Vista antiga da Praça Getúlio Vargas

Fonte: PrefeituraMunicipal de Alegrete (2004)

Outras praças importantes, no contexto evolutivo de Alegrete, foram as seguintes:

- **Praça Boa Vista**, em 1828, passou a chamar-se **Praça Nova** e, a partir de 15, recebeu o nome de **Praça General Osório** como é conhecida atualmente, porém os alegretenses mais tradicionais ainda se referem ela como Praça Nova, pois é a única das praças da cidade que mantém algumas características do tradicionalismo gaúcho, como os palanques para amarração dos cavalos.

- **Praça da Cadeia**, por ser o local em que se situava o prédio da Cadeia da vila. Posteriormente **Praça 14 de Julho**, mas teve essa denominação somente, em 1893, com a promulgação da Constituição do mesmo ano, pois até então, não apresentava suas delimitações demarcadas. Em 1867, foi construída ao lado de seu quadrilátero, a Estação Ferroviária da cidade. Somente a partir de 1930, foi renomeada como **Praça Oswaldo Aranha**, em homenagem ao filho ilustre de Alegrete que foi presidente duas vezes da Organização das Nações Unidas (ONU). Atualmente, esta praça abriga o **Instituto de Educação Oswaldo Aranha**, Figura 6. De sua área total, foram reduzidos dois quadriláteros para a construção do Instituto. Em 1967, foi instalada a Estação Rodoviária ao lado desta praça.

- **Praça Marechal Mallet**, nela, existia um antigo poço da cidade, motivo da reconstrução do local. Quando ainda não era considerado como praça, o poço em ruínas transformou-se numa fonte de água pública. Somente em 1901, recebeu a denominação de Praça Marechal Mallet. Mais tarde, a pedido da Terceira Região Militar, o Município doou toda a área da praça para a construção de um Hospital Regional Militar.

- **Praça Antônio José de Vargas**, só veio a ser demarcada em 1900, quando o governo do Município decidiu implantar uma área de lazer e esportes no local, homenageando o doador das terras, que deram origem à cidade, Antonio José de Vargas. Entretanto, antes de a área chegar a ser urbanizada de fato, os vereadores decidiram renomeá-la em homenagem ao líder do Partido Republicano, **Júlio de Castilhos**. Todavia, esta área foi doada para o Estado que nela construiu a 9ª Residência do DAER.

As ruas da vila eram estreitas, curtas, em quantidade reduzida e desembocavam em uma estrada larga por onde passavam carretas de maior porte. As ruas mais importantes culminavam na Praça da Igreja, e eram : General Vasco Alves, Ipiranga, General Victorino, a oeste; Mariz e Barros, Barão de Amazonas, Riachuelo, a leste; Coronel Cabrita, Luiz de Freitas, General Netto, a norte; José Bonifácio, Itapirú e Conceição, ao Sul.





**Figura 6** - Instituto Oswaldo Aranha.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Alegrete (2004)

A criação de novas ruas decorreu com o processo natural de expansão da cidade e do aumento populacional, ampliando-se tanto no sentido das regiões suburbanas próximas ao Rio Ibirapuitan, como nos seguimentos das áreas próximas ao núcleo central urbano.

De acordo com Trindade (1985), o processo de modificação dos nomes das ruas ocorreu de forma semelhante aos das praças, como pode ser analisado na tabela 2:

**Tabela 2** - Nomenclaturas

NOMES ANTIGOS		NOMES MODERNOS
1845	1855	1900
Arvoredo	Arvoredo	Andradas
“Dos Quartéis Velhos”	Beneficência	Gen. Sampaio
	Da Paz	Itapiru
	Da Lei	José Bonifácio
	Da Esperança	Visc. de Tamandaré
	Do Brio	Tiradentes
	Da Igreja	Gen. Vasco Alves
Do Comércio	Ipiranga	Ipiranga
	União	Gen. Vitorino
Bom Retiro	Do Passo	Venâncio Aires
	Ocidental	Sete de Abril
	Oriental	Joaquim Antônio
	Meridional	Vinte de Setembro
	Setentrional	Nina
Da Conceição	Dos Príncipes	Gen. Neto
	Paz	Luiz de Freitas

Fonte: TRINDADE, (1985, p. 70).

Enquanto vila, as residências mais requintadas, de alvenaria, situavam-se próximas ao edifício da Câmara Municipal, pertencendo aos vereadores e a alguns estancieiros mais envolvidos com as causas da guerra. A Igreja, Figura 7, por muito tempo, foi a edificação mais significativa da região, até mesmo por ter sido o ponto de referência da origem da cidade

A Igreja, segundo Araújo Filho (1908), era construída de alvenaria com paredes altas e longas com um metro de espessura e com dez metros de altura até o beiral, com uma elevada porta principal, em cima da qual havia duas amplas janelas. Logo que foi construída não possuía torre, mas com a contribuição popular novas reformas foram feitas na tão estimada capela de Alegrete. A primeira torre foi construída em 1847, ainda mantendo a estrutura original da Igreja. Mais tarde, já no século XX, a Igreja foi totalmente reformada em estilo neogótico, Figura 8, sendo composta por duas elegantes torres, uma rosácea central e três pórticos de entrada em forma de arcos ogivais. A Igreja Matriz, como ficou conhecida, situa-se de frente para a Praça Getúlio Vargas, na direção leste, e sua fachada posterior está voltada para a Rua General Vasco Alves.



**Figura 7 - Igreja da Matriz**  
Fonte: Araújo Filho, (1908, P. 151).



**Figura 8** - Igreja da Matriz reformada.

Fonte: Trindade (1985, p. 80).

Outra significativa edificação da cidade é o prédio da Intendência, Figura 9, situado na Praça Getúlio Vargas, esquina com a rua Demétrio Ribeiro. Como descreveu Araújo Filho (1908), sua construção foi iniciada em 1876, com o lançamento da pedra fundamental do prédio no dia 14 de março do mesmo ano, o término e a inauguração ocorreu em 30 de junho de 1879. Seguindo o estilo de construção predominante da época, o edifício consiste num assobradado construído sobre um embasamento de grês e cimento, com 6,5 metros de altura a partir do piso até o teto, e com 10 metros de altura, contando da calçada até o nível da platibanda.

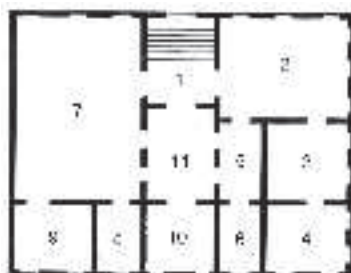
O prédio da Intendência era destinado ao Conselho Municipal, Foro e Tribunal do Júri, os compartimentos dos fundos serviam para o funcionamento de salas de consultas aos jurados e gabinete particular do Júri. Em sua planta original, Figura 10, o prédio era composto pela seguinte configuração: vestibulo, sala de espera, biblioteca, secretaria, tesouraria, arquivo do tesouro, salão do Conselho, gabinete do Presidente do Conselho, secretaria do Conselho, Diretoria de Obras e pátio. A partir de 1900, ampliações foram feitas no prédio para a construção de novos gabinetes, na fachada original característica do século XIX, poucas alterações foram feitas, como no caso do arco sobre a porta principal que foi reconfigurado, segundo

o modelo renascentista, com a adaptação de um frontão, bem como a modificação da platibanda para uma espécie de balaustrada, tornando sua fachada ainda mais elegante e valorizada.



**Figura 9** - Prédio da Intendência

Fonte: Araújo Filho (1908, p. 148-149).



Legenda: 1 – Vestíbulo; 2 – Sala de Espera; 3 – Biblioteca; 4 – Secretaria; 5 – Tesouraria; 6 – Arquivo do Tesouro; 7 – Salão do Conselho; 8 – Gabinete do Presidente do Conselho; 9 – Secretaria do Conselho; 10 – Diretoria de Obras; 11 – Pátio .

**Figura 10** - Planta Baixa do Prédio a Intendência.

Fonte: Araújo Filho (1908, p. 148-149)

No mesmo período da construção do prédio da Intendência, outros importantes prédios foram construídos, como: Capela do Divino Espírito Santo, Theatro 13 de Maio, Clube Cassino Alegretense, Clube Beneficente Triunfo da Razão, Clube Beneficente Luz e Verdade, Casa da Caridade, Quartel da Polícia, Quartel da Infantaria, Estação da Estrada de Ferro, Sociedade Unione Italiana, Moinho Santo Antonio, Cadeia, Cemitério Público, Usina da Luz Elétrica, além de quatro fontes públicas nas principais praças da cidade.

Até o ano de 1984, não existia um número registrado de bairros na cidade de Alegrete, conforme Trindade, havendo apenas uma estimativa da existência dos seguintes bairros: Bairro Capão do Angico, Bairro Santos Dumont, Bairro Universitário, Bairro Honório Lemes, Bairro São João, Bairro Passo Novo, Bairro Pedreiras, Bairro Independência, Bairro Anchieta, Bairro Macedo, Bairro Operário, Bairro Assis Brasil, Bairro Oswaldo Aranha, Bairro Borges de Medeiros, Bairro Canudos e Centro , totalizando cerca de dezesseis bairros.

Um hábito bastante comum da população alegretese e, principalmente, de seus representantes consistiu nas constantes alterações dos nomes das ruas e das praças de acordo com os fatos políticos relevantes que influenciaram em mudanças na região, seguindo um princípio de valorização para com aqueles que contribuíram com a manutenção do bem-estar social e político de sua estimada Pátria. Revela-se, assim, mais um aspecto tradicionalista subseqüente ao espírito revolucionário de apropriação de uma identidade regional em que se procura valorizar os benfeitores de suas causas populares.

## CONCLUSÕES

Em uma primeira análise, a formação do núcleo da cidade de Alegrete não parece diferenciar em muitos aspectos do restante das outras cidades gaúchas. Uma vez que, como observou Weimer, a absoluta maioria das cidades no II Império seguia, fielmente, os preceitos dos planos regulares, com eventuais concessões impostas pelo relevo. Entretanto, o grande diferencial desta cidade, sua população e sua produção arquitetônica, encontra-se justamente na preservação do espírito tradicionalista decorrente do seu processo de formação em plena Revolução Farroupilha.

A cidade sempre teve como orientação para seu desenvolvimento, as grandes disputas que aconteciam ali, fazendo com que seu povo valorizasse muito sua cultura, tornando-se uma cidade tradicionalista, característica evidente que até hoje mantém.

Diferentemente de Porto Alegre e São Leopoldo – esta última “o mimo dos olhos do Imperador” – as duas cidades que mais investimentos receberam no período de reconstrução da Província, Alegrete, apesar de sua projeção como terceira capital farroupilha, não recebeu muitas verbas para novas obras, à exceção do prédio da Cadeia, como foi citado, pois estava situada em uma região onde predominava o latifúndio pecuarista dominando a política provincial, como observa Weimer. Provavelmente, um fato que pode ter promovido a manutenção dos costumes e respeito às origens da cidade, visto que não ocorreram influências exteriores significativas a ponto de modificar os hábitos e comportamento da população local.

Contudo, esse processo histórico de formação de Alegrete, coloca a cidade no quadro contemporâneo, com outro significativo título, de forte simbologia para os rio-grandenses: uma das mais tradicionalistas cidades do Estado. Fato esse evidenciado pela existência do maior número de Centros de Tradições Gaúchas e piquetes de cavalarianos na cidade,

todos com vibrantes atuações, que se traduzem em bailes, campereadas, concursos e outras promoções de cunho cultural, como no desfile do Dia do Gaúcho, em que mais de seis mil cavaleiros prestam suas homenagens aos Farroupilhas.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AS TRÊS CAPITAIS FARROUPILHAS. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 16 set, 2004.

ARAÚJO FILHO, Luiz. **O Município de Alegrete**. Porto Alegre: Corag, 1985 (Original publicado pelos Irm.,os Prunes: Alegrete, 1908).

FAGUNDES, Antonio Augusto. **Cartilha da história do Rio Grande do Sul - Revolução Farroupilha**. O chasque, Santa Maria, ago/set, 1987.

FAGUNDES, Morivalde Calvet. **História da Revolução Farroupilha**. 3ª ed. Caxias do Sul-RS: EDUCS, 1989.

FARRAPOS 1835-1845. **Zero Hora**, Porto Alegre, 20 set, 1985.  
Origens do Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, 4 dez, 1996.

JACQUES, Paulino. **A Guerra dos Farrapos**. Rio de Janeiro: Reper, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRETE. Disponibilidade em: [www.jlemes1.hpg.ig.com.br/alegrete.htm](http://www.jlemes1.hpg.ig.com.br/alegrete.htm), acesso em: 31/10/2004.

TRINDADE, Miguel Jacques. **Alegrete: do século XVII ao século XX**. Volume I. Porto Alegre-RS: Movimento, 1985.

WEIMER, Günter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1992.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.